

RESUMO EXECUTIVO

PROGRAMA

ATENA

Fase 6 - Formação, Comunicação e Advocacy em Políticas Públicas LGBTI+

Conheça a pesquisa. Acesse:



data-lgbt.com.br/atena

REGIÃO NORTE - ACRE

Parceria



GOVERNO DO
ACRE

Realização



Financiamento



PROGRAMA ATENA 2021-2026

FASE 6 (2025/2026)

Região Norte: formação, comunicação e advocacy

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Resumo executivo [livro eletrônico] : programa
Atena : fase 6 : formação, comunicação e
advocacy em políticas públicas LGBTI+ : região
norte / coordenação Cláudio Nascimento Silva,
Rogerio Barros Sganzerla. -- Rio de Janeiro :
Programa Atena, 2026.
PDF

ISBN 978-65-01-91607-1

1. LGBTQIA+ - Siglas 2. Pesquisas 3. Políticas
públicas - Brasil 4. Relatórios I. Silva, Cláudio
Nascimento. II. Sganzerla, Rogerio Barros.

26-332744.0

CDD-361.30981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Políticas públicas e assistência social
: Bem-estar social 361.30981

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -
SP-010133/O

EQUIPE EXECUTIVA

Cláudio Nascimento

Rogerio Sganzerla

Rian Ramalho

INTERLOCUTORES REGIONAIS

André Lopes (Macapá/AP)

Bryan Oliveira (Macapá/AP)

Edem Jardim (Macapá/AP)

Germano Marino (Rio Branco/AC)

Miguel Amorim (Manaus/AM)

Francisco Nery (Manaus/AM)

Silvia Reis (Boa Vista/RR)

Rafaela André (Boa Vista/RR)

SOBRE O PROGRAMA ATENA

O Programa Atena é uma iniciativa dedicada ao mapeamento, análise e fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e ao enfrentamento da violência contra a população LGBTI+ e demais grupos em situação de vulnerabilidade. Criado em 2021, o programa reúne pesquisa científica, inovação metodológica e atuação em advocacy para transformar dados em instrumentos de decisão e ampliação de direitos.

O projeto nasceu da necessidade de compreender, de forma sistemática e comparada, como as políticas públicas LGBTI+ se estruturam e funcionam nos diferentes níveis da administração pública. A partir dessa base, o Programa Atena desenvolve diagnósticos, indicadores e relatórios que qualificam o debate público, subsidiam a formulação de políticas e fortalecem a participação social.

Em suas diversas fases desde 2021, o Atena já mapeou as políticas LGBTI+ nos 26 estados, 26 capitais e, atualmente, avança na análise das políticas federais, consolidando um panorama inédito sobre a presença, a estrutura e a efetividade das ações governamentais voltadas à cidadania e aos direitos humanos.

MISSÃO

Oferecer dados estratégicos e análises qualificadas que fortaleçam a formulação, a execução e o monitoramento de políticas públicas em todas as esferas federativas.

VISÃO

Ser referência nacional e internacional na produção de conhecimento aplicado e na difusão de boas práticas para o enfrentamento da violência e para a promoção da cidadania.

VALORES

Rigor metodológico, transparência, participação social, diversidade e inclusão, inovação estratégica, justiça social e diálogo intersetorial.

FASE 1 - 2021/2022 (finalizada)

Políticas LGBTI+ nos 26 Estados e Distrito Federal

FASE 2 - 2023/2024 (finalizada)

Políticas LGBTI+ nas 26 Capitais

FASE 3 - 2025 (finalizada)

Políticas LGBTI+ no Governo Federal

FASE 4 - 2025 (em andamento)

Políticas LGBTI+ no ERJ & seus 92 municípios

FASE 5 - 2025 (em andamento)

Políticas de Intolerância Religiosa no ERJ & seus 92 municípios

FASE 6 - 2025-2026 (em andamento)

Advocacy e Comunicação: Região Norte

Realização



Financiamento



POR QUE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+?

Perfil: 15% da população (valores aproximados);

Violência:

- Em 2024, o SINAN teve 22.906 registros de violência contra pessoas LGBTI+ e a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos teve 21.660 denúncias de violações entre 2020 e 2024, sendo 8.176 apenas em 2024 (MDHC, 2025);
- pelo menos 80 pessoas trans e travestis foram assassinadas no Brasil em 2025 (Antra)

Educação:

- 61% das pessoas entrevistadas relataram discriminações na escola (Micro Rainbow, 2014);
- de 300 pessoas LGBTI+ entrevistadas, 70% relatam ter sofrido discriminação ou violências por colegas e professores/as 5x ou mais, especialmente psicológicas e verbais (Projeto Conexão Rio, 2022);

Mercado de trabalho:

- de 526 mulheres trans do Rio de Janeiro, 83% afirmaram terem sofrido preconceito dentro da escola (Projeto Garupa, CEDS, Prefeitura Rio, 2021);
- pessoas não LGBTI+ possuem tempo médio de 4 anos nas empresas, enquanto pessoas LGBTI+ possuem tempo médio de 3 anos, uma diferença de 25% (Santo Caos, Demitindo Preconceitos, 2022);
- de 300 pessoas LGBTI+ entrevistadas, 40% relatam ter sofrido discriminação no mercado de trabalho por colegas e de equipe/setor ou coordenação, chefia ou gestão (Projeto Conexão Rio, 2022)

Saúde Trans (Projeto Garupa, CEDS, Prefeitura Rio, 2021):

- 29% das pessoas entrevistadas tomam hormônios por conta própria; 56% nunca receberam orientação do serviço de saúde pública sobre hormônios ou silicone

Realização

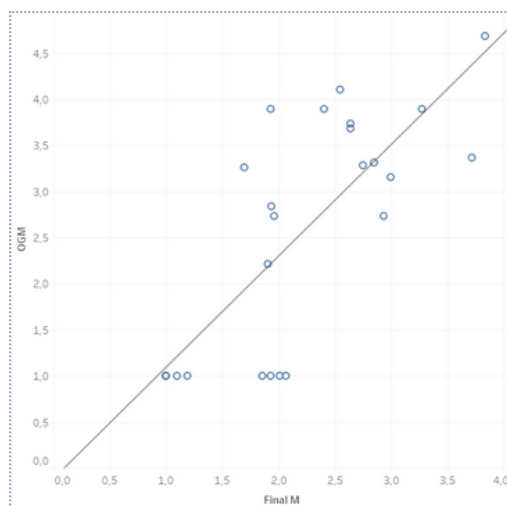


Financiamento



FATORES DE IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

Resultados preliminares a partir dos indicadores da pesquisa



Importância do Órgão Gestor

Análises iniciais com os indicadores de desenvolvimento de políticas públicas nas 26 capitais demonstrou forte grau de correlação ($r=0,78$) entre o desenvolvimento do Órgão Gestor com o conjunto de políticas públicas para LGBTI+ na cidade.

*Este tipo de análise não demonstra uma relação de causa-consequência, mas sim que há uma dependência entre duas variáveis.

Resultados preliminares indicam que o **grau de institucionalização da agenda no PPA** é um dos fatores centrais para o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo porque a definição de metas e a alocação de orçamento dedicados não se sustentam apenas por enunciados normativos: elas pressupõem capacidade estatal instalada, rotinas de coordenação e uma autoridade administrativa responsável, o que, na prática, tende a demandar um órgão gestor específico e dedicado para planejar, pactuar, executar e prestar contas.

Resultados preliminares indicam que o **desenvolvimento de políticas públicas LGBTI+ tende a produzir impactos mensuráveis em indicadores sociais**, ao ampliar o acesso a direitos e serviços e reduzir vulnerabilidades, com efeitos que se expressam na formalização de uniões e seus desdobramentos (adoção e habitação), na mitigação de violências e melhoria do bem-estar, na dinamização de turismo e economias locais, no aumento de consumo e arrecadação (impostos), na inserção produtiva (educação, trabalho e renda) e no fortalecimento da rede de acolhimento e proteção social (abrigamento, situação de rua, migração e enfrentamento à violência doméstica).

Fronteira entre o desenvolvimento simbólico e material: é preciso trazer efetividade às políticas públicas a fim de ultrapassar a linha do mero reconhecimento normativo e da institucionalização formal sem sentido público a fim de trazer mecanismos concretos de enfrentamento à desigualdade territorial, como a regionalização, a interiorização e a setorialização das demandas.

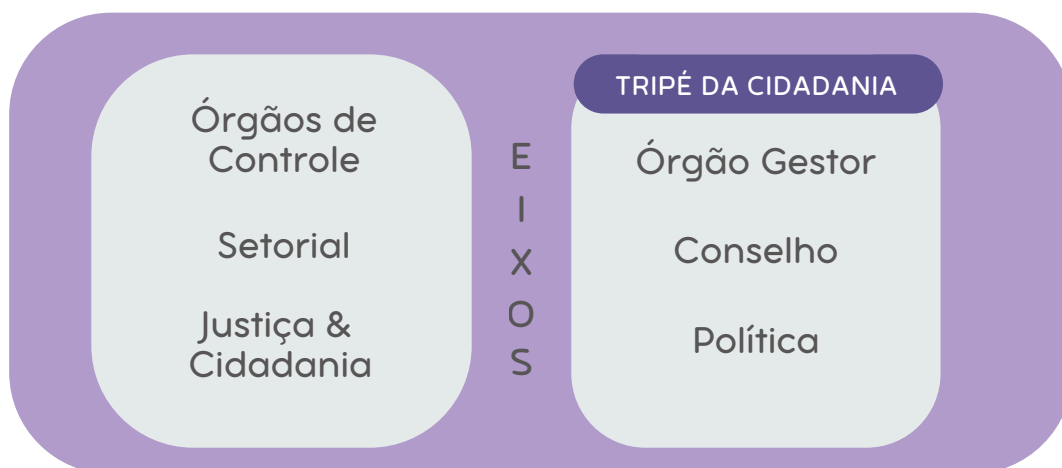
Realização



Financiamento



METODOLOGIA



Justiça & Cidadania: direitos e garantias individuais e coletivas na legislação

Setoriais: políticas vinculadas a áreas temáticas específicas (saúde, educação, cultura, segurança pública, trabalho, assistência social, turismo e outros).

Órgãos de controle: instituições atribuição de fiscalizar a ação do Poder Executivo e atuar para reduzir violações e promover direitos por meio de controle, responsabilização e indução de políticas públicas.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

Governança e Conformidade		Diversidade e Inclusão
Indicadores Históricos	Complementares	Inclusão Trans (x2) Inclusão LGBTI+ (x2) Inclusão Mulheres Inclusão Racial Rotina de Trabalho
Resistência (x2)	Status (x2)	Transparência e Divulgação
Especificidade (x3)	Cargos	
Denominação Adm (x2)	Estrutura Física	
Denominação Superior	Cultura Organizacional	
Denominação Regimental	Planejamento Estratégico	
Rigidez (x3)	Programa Integridade	
Estabilidade (x2)	Adequação LGPD	
PPA Matricial (x3)	Cadeia de Valor	
PPA Setorial	Monitoramento (x2)	
PPA/LOA Orçamentário	Banco de Dados	
Autorização Orçamentária (x2)	Ouvidoria (x2)	
Liquidação Orçamentária (x3)	Qualificação Servidores	
Execução Metas PPA (x2)		
Conteúdo Metas PPA (x2)		

Realização

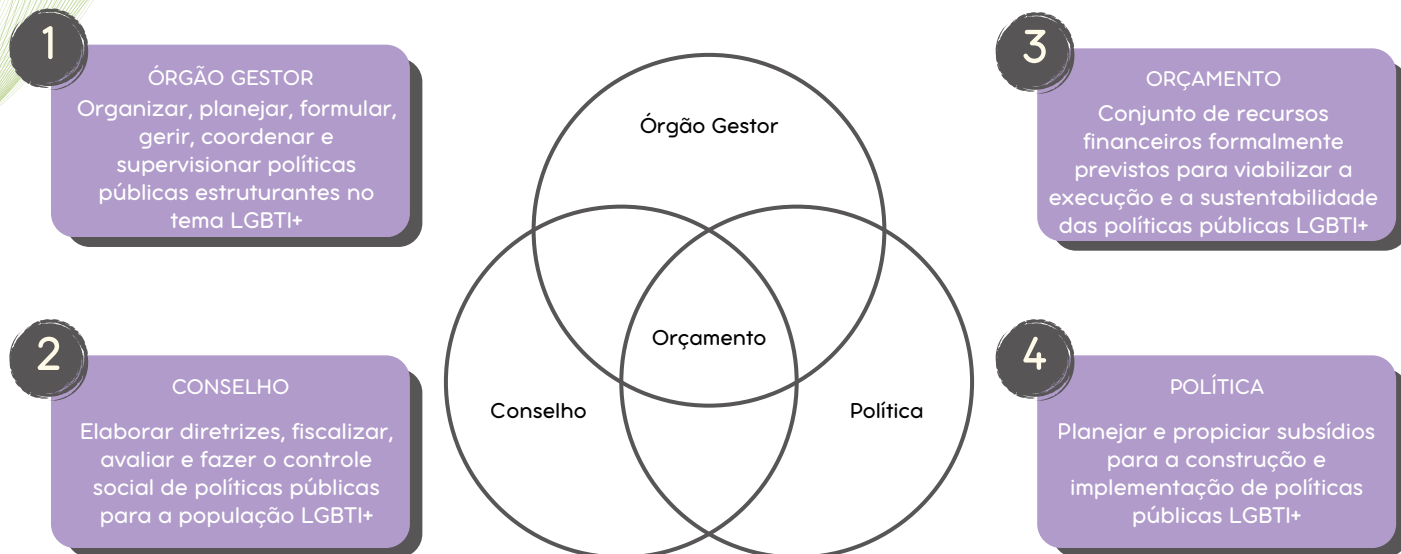


Financiamento



TRIPÉ DA CIDADANIA LGBTI+

Políticas de estratégia matricial



Utilizamos o termo “**Tripé da Cidadania LGBTI+**” voltado para a estruturação das políticas públicas matriciais.

Reinterpretamos o conceito inicial do “Tripé da Cidadania LGBTI+” para investigar a presença específica e dedicada de (i) um **Órgão Gestor LGBTI+**, que organiza, planeja, formula, gere, coordena e supervisiona políticas públicas no tema LGBT+ no Poder Executivo, (ii) um **Conselho LGBTI+**, órgão colegiado composto por membros de secretarias ou ministérios, bem como da sociedade civil, com natureza deliberativa sobre assuntos de interesse da comunidade LGBTI+ com o fim de elaborar diretrizes, fiscalizar, avaliar e fazer o controle social de políticas públicas para a população LGBTI+ e (iii) uma Política LGBTI+ voltada para planejamento e promoção de subsídios para construção e implementação de políticas públicas LGBTI+, composta por um **plano** com ações e metas para o enfrentamento da LGBTfobia e promoção da cidadania LGBTI+ e um **programa** implementado para atendimento e acolhimento das demandas da população LGBTI+. No centro disso tudo está o **Orçamento**, como conjunto de recursos financeiros formalmente previstos para viabilizar a execução e sustentabilidade das políticas públicas LGBTI+.

Para maiores informações, acessar os “Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT –” (Brasília, 2011), o Guia “Cidadania LGBT: Mapa de Boas Práticas Brasil – União Europeia” (Diálogos Setoriais, 2013). e a Tese de Doutorado da Prof. Silvia Aguião intitulada “Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo (UNICAMP, 2014).

Realização



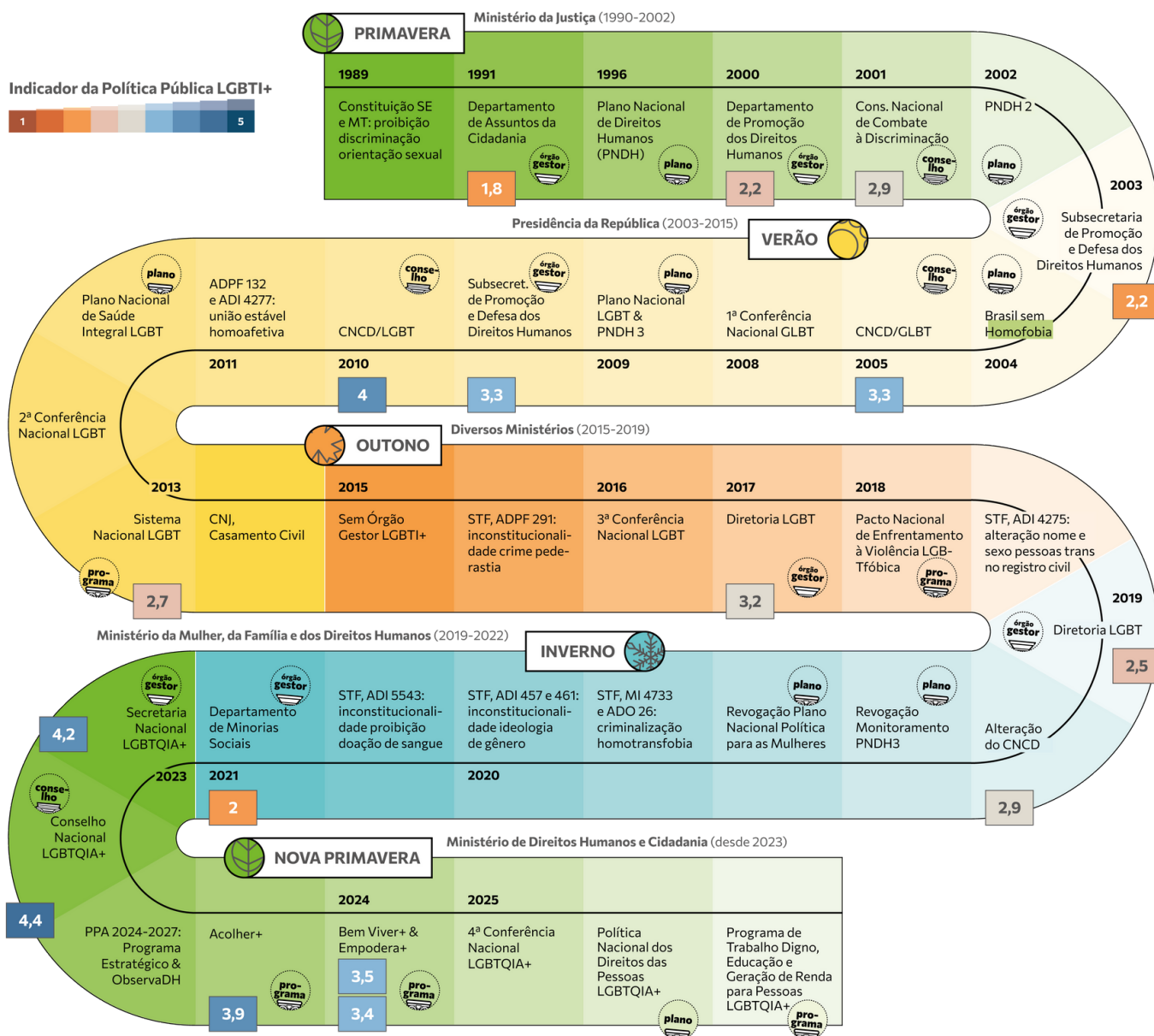
Financiamento



NACIONAL

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

Indicador da Política Pública LGBTI+



Realização



Financiamento

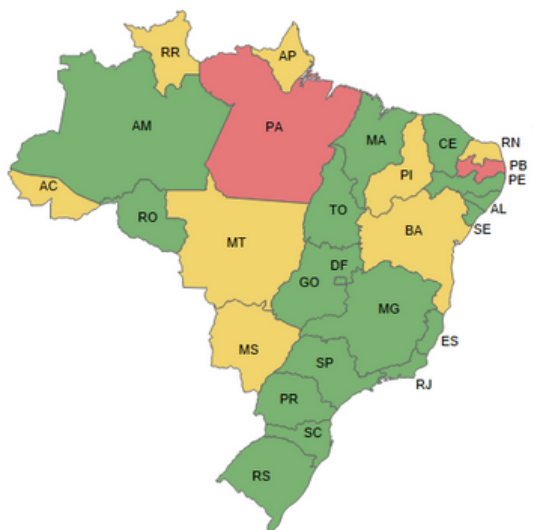


CENÁRIO 2021 & 2023

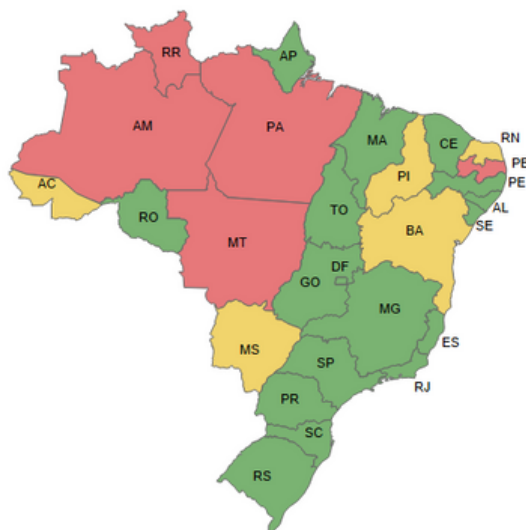
SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO

ESTADOS

ÓRGÃO GESTOR LGBTI+



CONSELHO LGBTI+



2 capitais não responderam às solicitações (sem motivo)
8 capitais responderam com informações diversas das solicitadas ou não responderam no prazo legal disponível.
16 capitais responderam o questionário conforme solicitado

CAPITAIS



Status Resposta
■ Preenchido ■ Sem preenchimento

Capitais	Status Solicitação	
Aracaju	Respondido	Sem preenchimento
Belém	Não enviado	Sem preenchimento
Belo Horizonte	Respondido	Preenchido
Boa Vista	Não enviado	Sem preenchimento
Campo Grande	Respondido	Preenchido
Cuiabá	Respondido	Preenchido
Curitiba	Respondido	Preenchido
Florianópolis	Respondido	Preenchido
Fortaleza	Enviado	Sem preenchimento
Goânia	Enviado	Sem preenchimento
João Pessoa	Respondido	Preenchido
Macapá	Respondido	Preenchido
Maceió	Respondido	Preenchido
Manaus	Respondido	Sem preenchimento
Natal	Enviado	Sem preenchimento
Palmas	Respondido	Sem preenchimento
Porto Alegre	Respondido	Preenchido
Porto Velho	Respondido	Sem preenchimento
Recife	Respondido	Sem preenchimento
Rio Branco	Não enviado	Sem preenchimento
Rio de Janeiro	Respondido	Sem preenchimento
Salvador	Não enviado	Sem preenchimento
São Luís	Enviado	Sem preenchimento
São Paulo	Respondido	Sem preenchimento
Teresina	Enviado	Sem preenchimento
Vitória	Respondido	Sem preenchimento

Nota explicativa: 1. Os estados foram coloridos apenas para melhor visualização dos resultados das suas capitais, o que não implica no resultado do estado ou de outros municípios além da capital

4 capitais não foram enviadas em razão de problemas no site ou login
5 capitais não responderam às solicitações (sem motivo)
8 capitais responderam com informações diversas das solicitadas, sem o preenchimento do questionário
9 capitais responderam o questionário conforme solicitado

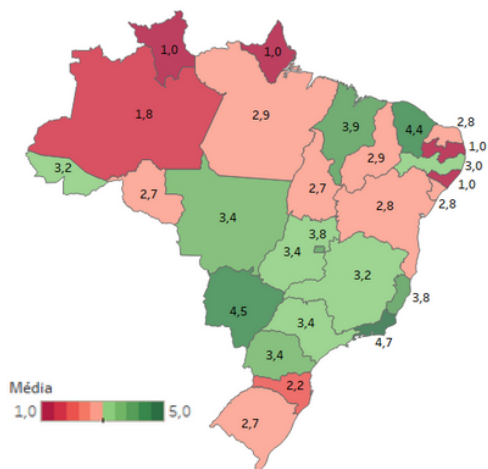
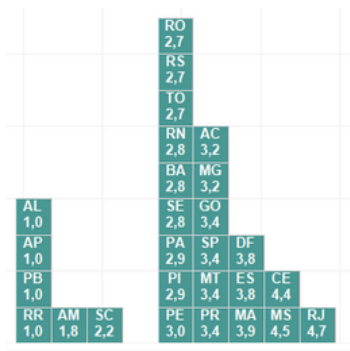
Realização

Financiamento

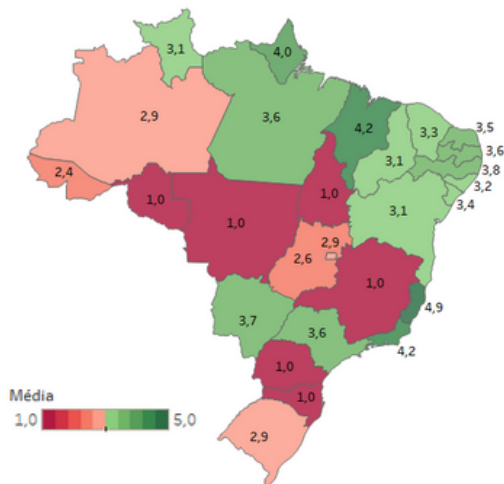
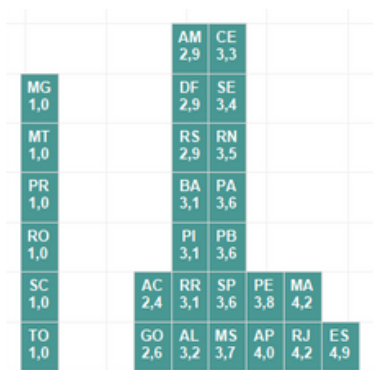
CENÁRIO 2021 & 2023

POLÍTICA MATRICIAL ESTADOS

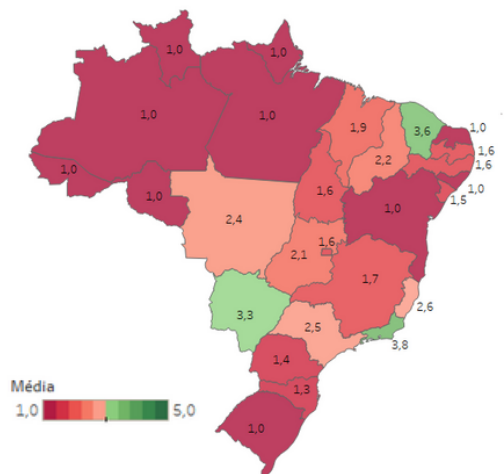
ÓRGÃO
GESTOR



CONSELHO



PLANO / PROGRAMA



Realização



Financiamento



CENÁRIO 2021 & 2023 POLÍTICA MATRICIAL CAPITAIS

ÓRGÃO GESTOR

	São Paulo	Belém	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Natal	BH	João Pessoa	Salvador	Florianópolis	Fortaleza	Campo Grande	Maceió	Vitória	Recife	Goiânia
A. Resistência	3	3	3	3	5	2	3	3	2	3	3	3	3	2	4
B. Rigidez	5	5	4	4	5	4	5	5	5	4	4	4	4	1	5
C. Estabilidade	5	4	5	5	2	5	5	5	2	1	5	4	4	5	4
D. Status	5	5	5	5	5	5	5	1	5	5	5	5	5	5	1
E. Especificidade	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5
F. Estrutura Física	5	5	5	5	5	5	5	1	5	5	3	5	1	5	1
G. Transparência	5	5	3	2	1	5	4	2	2	2	3	2	2	1	1
H. Publicidade	5	5	4	2	1	5	5	1	2	1	3	1	1	1	1
I. LAI	4	2	4	5	3	5	5	2	5	3	5	5	4	4	3
J. PPA 2022-2025	5	5	4	5	5	2	1	5	2	5	1	1	1	2	1
K. LOA 2024	5	2	2	1	2	2	1	2	1	1	1	1	1	2	1
Média OGM	4,7	4,1	3,9	3,9	3,9	3,7	3,7	3,4	3,3	3,3	3,3	3,2	2,8	2,7	2,7

CONSELHO

	Florianópolis	São Paulo	Maceió	Cuiabá	Salvador	Fortaleza	João Pessoa	Teresina	Curitiba	Recife	Belém	Natal	BH
A. Resistência	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	1
B. Rigidez	5	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4
C. Estabilidade	4	5	5	5	3	5	2	5	2	2	2	3	1
D. Status	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	1
E. Estrutura Física	5	5	5	5	5	1	1	1	3	1	1	1	1
F. Transparência	5	5	4	2	3	3	3	2	1	2	3	1	5
G. Publicidade	4	5	3	2	4	3	3	1	1	3	3	1	5
H. LAI	5	4	4	5	2	3	5	3	5	4	2	3	5
I. Periodicidade Reuniões	5	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
J. LOA 2024	2	1	1	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1
Média CM	4,6	4,4	4,4	4,1	3,9	3,7	3,5	3,5	3,4	3,3	3,1	2,9	2,7

PLANO / PROGRAMA

	São Paulo	Fortaleza	Salvador	BH	Natal	Recife	Florianópolis
A. Resistência Geral	4	5	5	4	4	4	4
B. Rigidez Programa	4	4	4	4	5	4	1
C. Estabilidade	5	2	3	4	2	5	1
D. Status Programa	5	5	5	5	5	5	1
E. Especificidade	5	5	5	5	5	5	1
F. Estrutura Física	5	5	5	5	5	5	1
G. Regionalização	5	2	2	2	2	2	1
H. PPA 2022-2025	5	5	5	5	5	2	2
I. LOA 2024	5	1	2	3	2	2	1
J. LOA Per Capita	3	2	3	4	3	2	1
K. Monitoramento	1	1	1	1	1	1	1
L. Central de Denúncias	5	5	5	5	5	4	1
M. Transparência	5	2	4	4	1	4	1
N. Publicidade	5	1	4	4	3	4	1
O. LAI	4	3	1	5	3	4	1
FF. Rigidez Plano	1	5	4	1	1	1	4
GG. Status Plano	1	3	3	1	1	1	5
HH. Transparência Plano	1	3	4	1	1	1	5
II. Sucesso Plano	1	4	1	1	1	1	1
Média PP	3,7	3,5	3,4	3,3	3,0	2,8	1,7

Nota explicativa: As capitais ausentes e não incluídas em cada eixo não dispõem do respectivo órgão matricial.

Realização

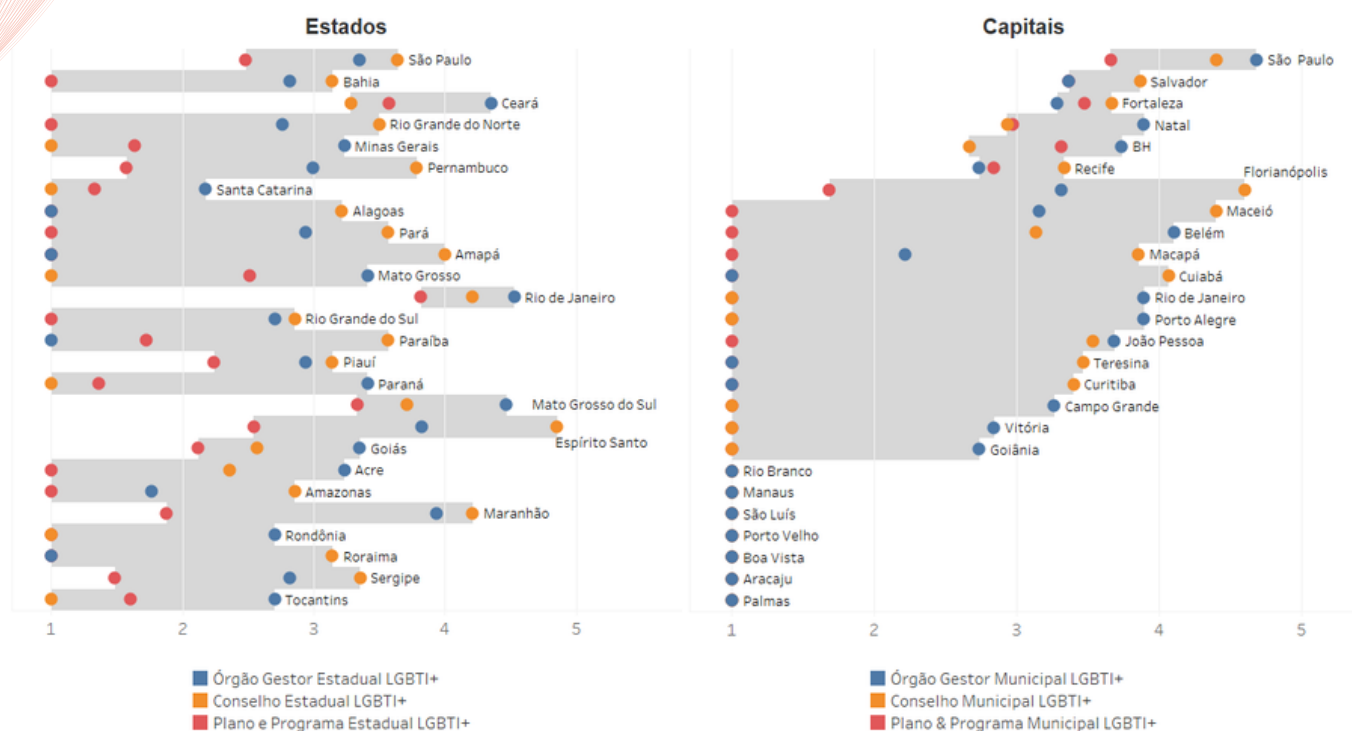


Financiamento



CENÁRIO 2021 & 2023

POLÍTICA MATRICIAL ESTADOS & CAPITALAIS



ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º	25º	26º	27º
RJ	MS	ES	DF	CE	SP	MA	PI	PA	PE	GO	MT	SE	PB	MG	RN	BA	PR	AP	RS	SC	AM	AL	AC	TO	RR	RO
4,3	3,9	3,9	3,7	3,6	3,4	3,4	3,2	3,0	2,9	2,9	2,9	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	2,5	2,4	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0	1,6	1,6

CAPITAIS

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º	25º	26º
São Paulo	Salvador	Natal	Maceió	Recife	Florianópolis	Fortaleza	Belo Horizonte	João Pessoa	Belém	Rio de Janeiro	Cuiabá	Curitiba	Goiania	Vitória	Teresina	Porto Alegre	Macapá	Aracaju	Campo Grande	Manaus	Porto Velho	Rio Branco	São Luís	Boa Vista	Palmas
3,8	3,7	3,3	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6	2,6	2,5	2,4	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,7	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0

Plano e Programa LGBTI+ (P&PM) ainda são o “calcanhar de Aquiles” das políticas públicas voltadas para promoção da cidadania LGBTI+ no nas capitais e estados brasileiros.

Insuficiência de desenvolvimento conjunto das políticas matriciais entre estados e capitais. A região Norte apresenta 5 capitais sem políticas matriciais: Rio Branco/AC, Manaus/AM, Porto Velho/RO, Boa Vista/RR e Palmas/TO.

Realização

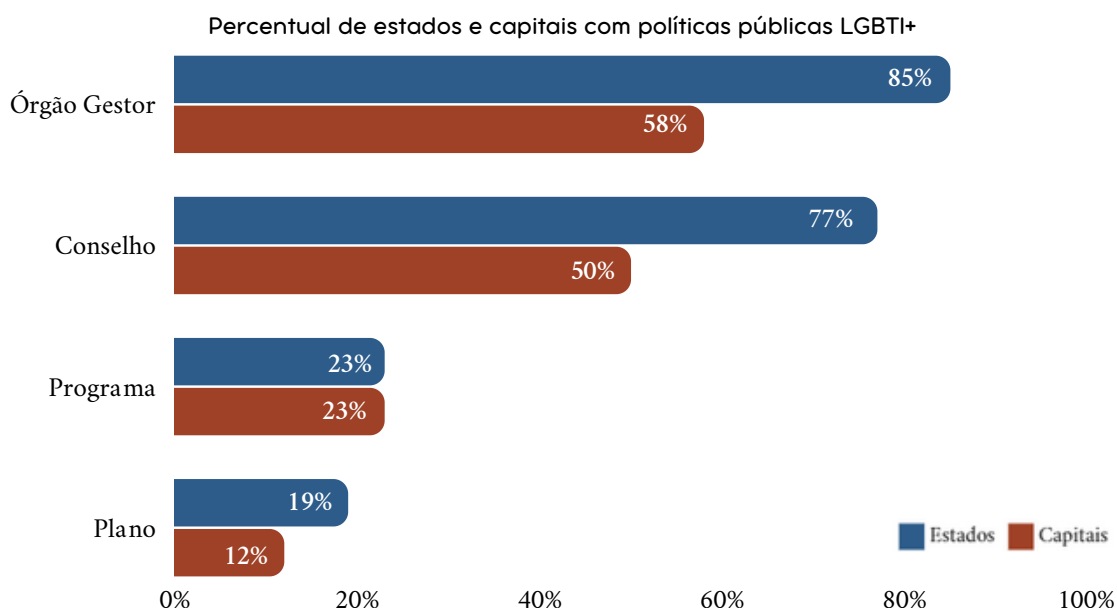


Financiamento



CENÁRIO 2021 & 2023

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+



REGIÃO NORTE

Estado	Ranking (1º-27º)	Nota (1-5)	Capital	Ranking (1º-22º)	Nota (1-5)
Acre (AC)	24º	2,1	Rio Branco	22º	1
Rondônia (RO)	27º	1,6	Porto Velho	21º	1,1
Amazonas (AM)	22º	2,2	Manaus	20º	1,2
Roraima (RR)	26º	1,6	Boa Vista	22º	1
Amapá (AP)	19º	2,4	Macapá	18º	1,9
Pará (PA)	9º	3	Belém	10º	2,5
Tocantins (TO)	25º	2	Palmas	22º	1

ÓRGÃO GESTOR LGBTI+

- Estrutura resistente (coordenação ou superintendência), presença de orçamento específico tanto em PPA, estrutura física e estabilidade do órgão no tempo.

CONSELHO LGBTI+

- Estrutura física, estabilidade no tempo, periodicidade das reuniões e orçamento específico.

PLANOS/PROGRAMAS LGBTI+

- Orçamento específico no PPA, setor de monitoramento, estrutura física, estabilidade no tempo e especificidade, interiorização e setorialidade nas ações.

Realização



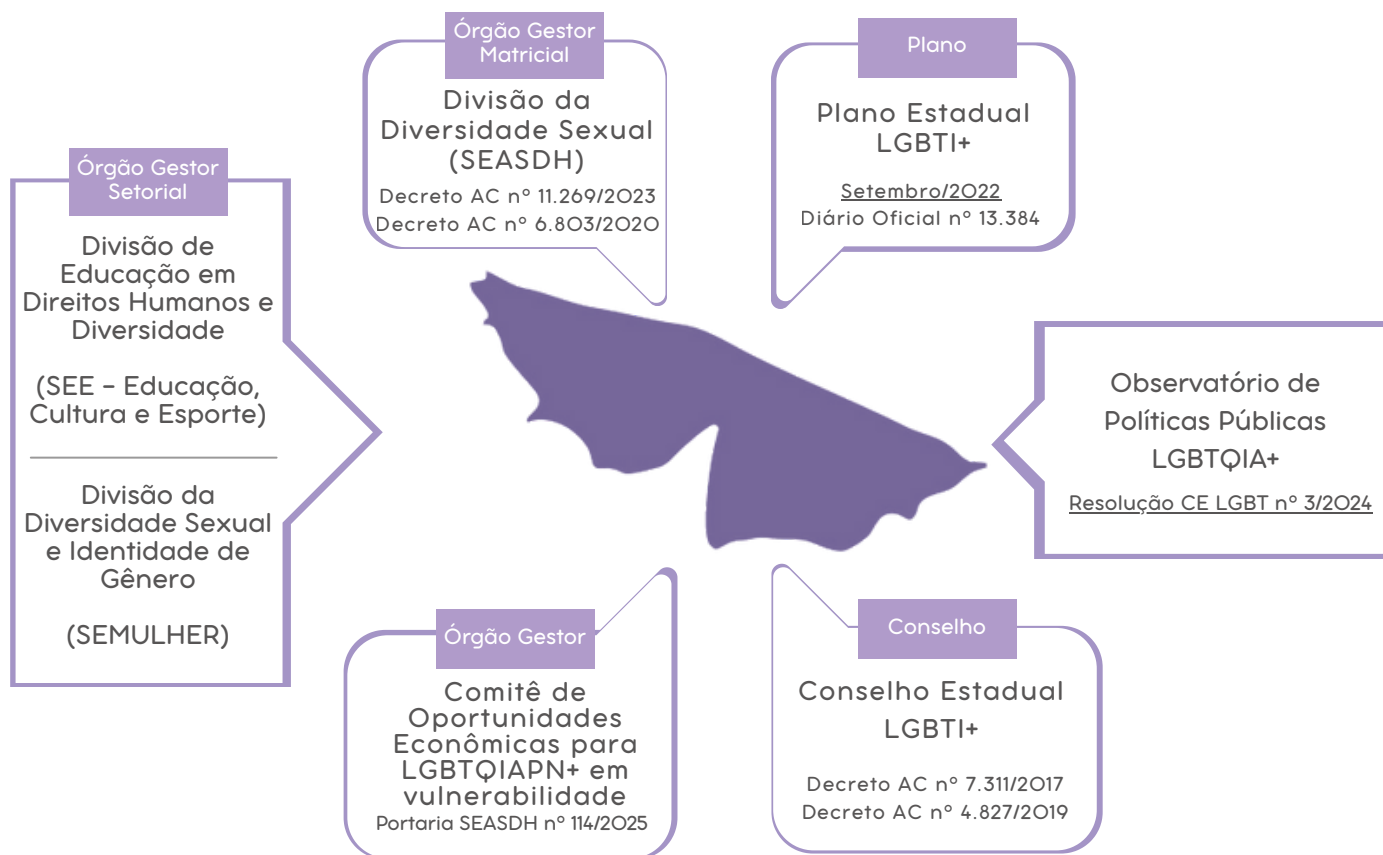
Financiamento



PROGRAMA ATENA - ESTRATÉGIAS E AÇÕES EM
ADVOCACY PARA A CIDADANIA LGBTI+ NOS
PODERES EXECUTIVOS ESTADUAIS

TRIPÉ DA CIDADANIA LGBTI+

POLÍTICAS MATRICIAIS & SETORIAIS



OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE CONTROLE



Promotoria Especializada de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE

Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Mulher, Diversidade Sexual e Gênero



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Comitê da Diversidade (CODIV)
Portaria nº 1.206/2020



Não há delegacia especializada para assuntos LGBTI+ no Estado do Acre



Comissão LGBTQIA+: Proteção de Direitos



Comitê de Promoção de Equidade, Diversidade e Bem-Estar Institucional



Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Realização

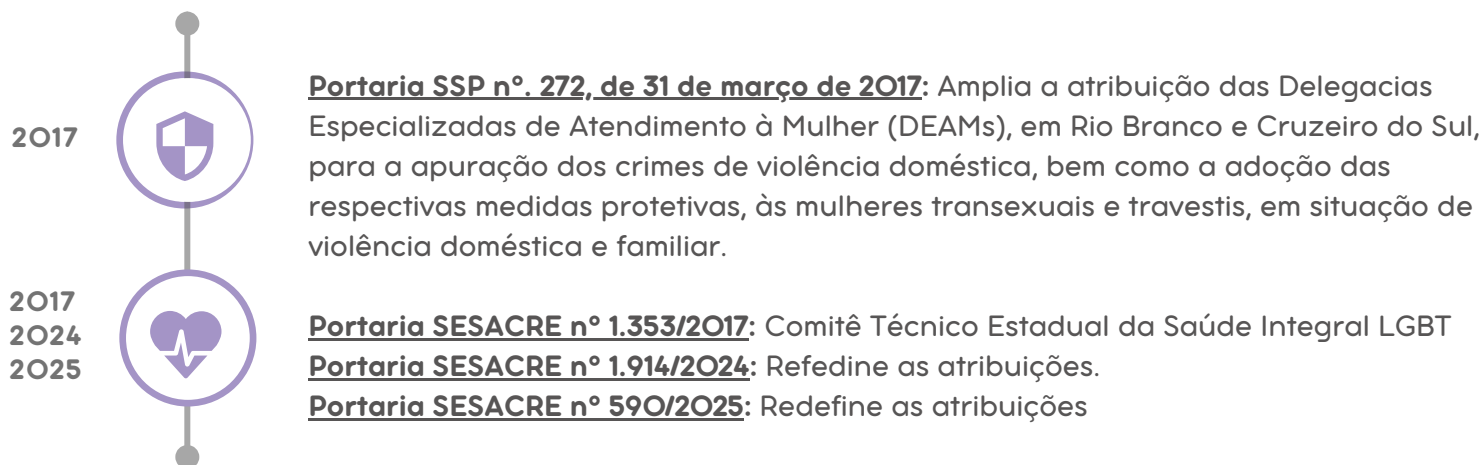


Financiamento

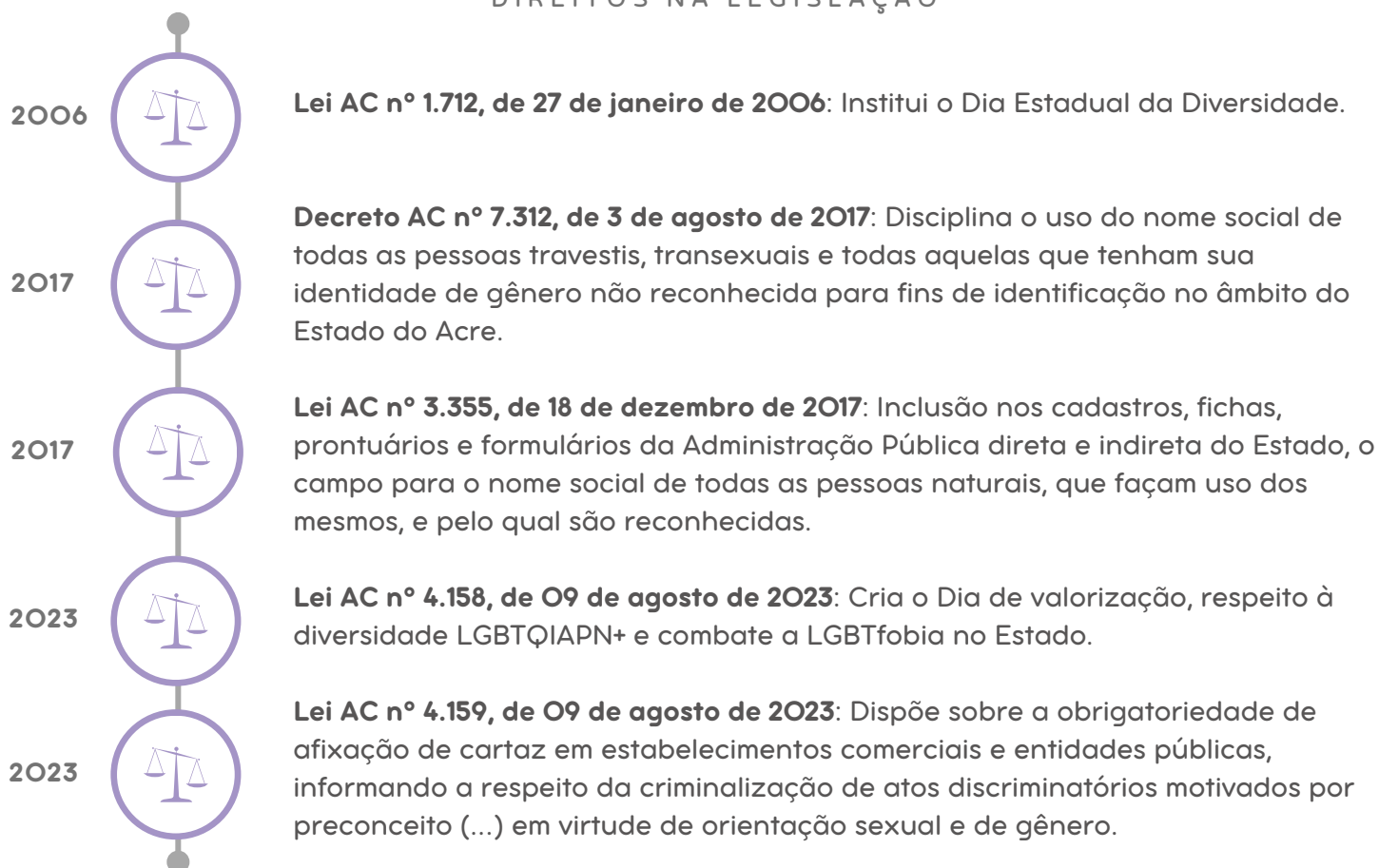


LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ 2026

POLÍTICAS SETORIAIS



DIREITOS NA LEGISLAÇÃO



RIO BRANCO (AC)

PROGRAMA ATENA - ESTRATÉGIAS E AÇÕES EM ADVOCACY
PARA A CIDADANIA LGBTI+ NOS PODERES EXECUTIVOS
MUNICIPAIS

MAPA DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS LGBTI+ 2026



INDICADORES MATRICIAIS LGBTI+ (1-5)



X

Órgão Gestor



X

Conselho Municipal



X

Plano/Programa

Considera utilidade pública:
Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis

Decreto Rio Branco
nº 1.594/2017

Sanções administrativas a serem aplicadas às práticas de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

Lei Rio Branco
nº 2.389/2020

Obrigatoriedade de afixação de catraz em estabelecimentos informando sobre a criminalização de atos discriminatórios

Lei Rio Branco
nº 2.383/2020

Realização



Financiamento



ACRE (AC)

METAS & ORÇAMENTO

PPA 2024-2027 - Programa 1470 - Cidadania e Direitos Humanos				
Ação 1452 - Promoção da Política de Atenção à População LGBTQIA+ (SEASDH)				
	PPA (Programa DH)	LOA Programa DH	LOA Ação LGBTI+	Prestação de Contas
2027	R\$ 9.207.902,24	-	-	-
2026	R\$ 8.931.040,00	R\$ 8.931.040,00	R\$ 100.000,00 (1%)	-
2025	R\$ 13.330.400,79	R\$ 13.330.400,79	R\$ 79.000,00 (0,5%)	-
2024	R\$ 15.156.472,67	R\$ 15.156.472,67	R\$ 75.000,00 (0,4%)	R\$ 35.792,66 (47,8%)

	Tipo	2024	2025	2026	2027	Regionalização
Indicador	Número de ações contempladas	-	1	2	1	Rio Branco

PPA 2024-2027 - Programa 1452 - Direitos Humanos e Segurança Escolar				
Ação 1452 - Promoção dos Direitos Humanos e Diversidade				
	PPA (Programa DH)	LOA Programa DH	LOA Ação Diversidade	Prestação de Contas
2027	R\$ 2.438.521,20	-	-	-
2026	R\$ 2.365.200,00	R\$ 2.365.200,00	R\$ 65.200,00 (2,8%)	-
2025	R\$ 1.910.200,00	R\$ 1.910.200,00	R\$ 135.200,00 (7%)	-
2024	R\$ 1.910.200,00	R\$ 1.910.200,00	R\$ 135.200,00 (7%)	R\$ 2.260,11 (1,6%)

	Tipo	2024	2025	2026	2027	Regionalização
Indicador	Municípios atendidos com ações relacionadas à temática de Direitos Humanos e Diversidade	22	2	8	3	Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá e Envira e Juruá

PPA 2020-2023

Iniciativa: Promoção e Fortalecimento das Políticas Públicas para a População LGBTQIA+

Metas:

- Articular nas O5 regionais a implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra População LGBTQIA+
- Implantar O1 Fluxo de Atendimento à População LGBTQIA+ em situação de violência, nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul

Realização

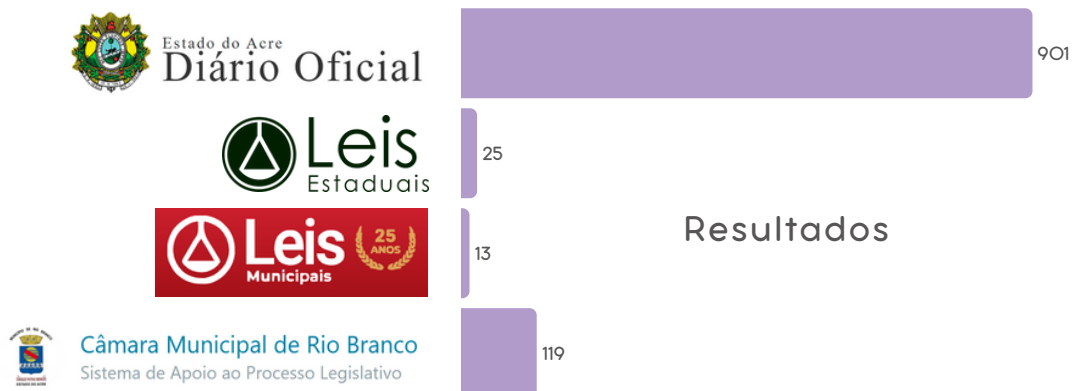


Financiamento



ACRE (AC)

PUBLICIDADE & TRANSPARÊNCIA



ACRE

O **Diário Oficial do Estado do Acre** não permite buscas completas de acordo com uma palavra-chave. Significa que, ao digitar uma palavra-chave, seleciona-se um ano específico e as buscas se limitam àquele ano. As palavras-chave precisam ter mais de 10 caracteres; do contrário, não permite a busca. Como alternativa é possível preencher com espaços brancos, mas nem todas as palavras são bem sucedidas com esta alternativa. A palavra-chave "gay", por exemplo, não encontra resultados nem com espaços em branco adicionados. Palavras-chave compostas não dão resultados. Exemplos: orientação sexual; identidade de gênero, etc. Além disso, a pesquisa está limitada dentro dos anos 2010 a 2025.

RIO BRANCO

Não foi possível localizar o **Diário Oficial da Prefeitura de Rio Branco**, sendo agregado ao Diário Estadual do Acre. Foi possível acessar também o site **Leis Municipais** e o **Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**, da Câmara Municipal, mas sem muitos resultados relevantes

Realização



Financiamento



AGRADECIMENTOS



GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas

SEASDH
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Secretaria de
**Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania**



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

A Fase 6 do **Programa Atena** nasce do desafio de transformar diagnóstico em capacidade de ação nos territórios. Após mapear, entre 2021 e 2024, as políticas públicas LGBTI+ nos governos estaduais e nas 26 capitais, e aprofundar a análise federal na Fase 3 em 2025, o Programa avança para um ciclo dedicado à formação, comunicação e advocacy, com foco prioritário nos estados da Região Norte.

Nesta etapa, o Atena organiza encontros com lideranças e organizações locais, traduzindo dados, indicadores e a lógica do Tripé da Cidadania LGBTI+ em ferramentas práticas de monitoramento, diálogo com gestores e controle social. A **comunicação** passa a operar como estratégia de difusão e engajamento, com materiais acessíveis e adaptados à realidade regional e local, fortalecendo a narrativa pública sobre direitos, violência e políticas de cuidado. Já o eixo de **advocacy** visa agendas de incidência política a fim de fortalecer laços entre sociedade civil e Poder Público e estabelecer a sustentabilidade das ações por meio de propostas e encaminhamentos a partir da realização de Seminários locais.

Ao concentrar esforços na Região Norte, a Fase 6 reconhece desafios históricos de assimetria institucional e territorial no Brasil e aposta na combinação entre evidência, participação e advocacy para ampliar capacidade estatal e reduzir a distância entre proteção normativa e efetividade.



Realização



Financiamento

